

1 Ata de nº 199 da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Arapongas,  
2 realizada aos (04) quatro dias do mês de julho do ano de (2012) dois mil e doze, com início  
3 as 20 horas no Centro de Especialidades Médicas Jaime de Lima, rua Juriti 1177. *A reunião*  
4 *segue a seguinte ordem do dia: Aprovação da Ata 198; Relatório da Secretária de Saúde;*  
5 *Resposta ao Ofício do Promotor sobre o Conselho (Dra. Juliana); Rede Mãe*  
6 *Paranaense (Santa Casa); Sobre a Clínica do “SIM”; Formação das Comissões;*  
7 *Assuntos Diversos.* O Presidente Sr. Antonio Martins, agradece a presença de todos e diz  
8 que antes de aprovar a ata 198 temos que resolver algumas pendências que ficaram nela,  
9 uma dessas pendências é sobre a Vigilância Sanitária. Ele comunica aos Conselheiros que  
10 esteve na Vigilância Sanitária esta semana, conversou com a atual Gerente a Sra. Lisia, ela  
11 também confirmou que os equipamentos e veículos da Vigilância estão em situação  
12 precária como havia reclamado o funcionário Chicão na última reunião do Conselho, mais  
13 disse que alguns materiais estão chegando e o problema está sendo resolvido, em relação a  
14 participação de funcionários nos cursos foi feito sorteio para ver quem iria, uma vez que as  
15 vagas são poucas e quase todos os funcionários querem ir e disse que o Sr. Chicão foi um  
16 dos sorteados a estar participando de mais este curso. A Conselheira e Secretária de Saúde  
17 Dra. Juliana, pergunta o que está acontecendo na Vigilância e porque o funcionário Chicão  
18 não a procurou pedindo esclarecimentos. O Conselheiro Zanatta pede permissão para  
19 explicar para a Dra. Juliana o que está acontecendo, mais diz que antes gostaria que fosse  
20 esclarecido a todos as linhas 27, 28, 29 e 30 da ata 198, onde fala sobre a Dra. Juliana  
21 assumir na Mesa Diretora o cargo de 2ª Secretária, ele diz que na ata não está bem definido  
22 se ela aceitou ou não o cargo. A Dra. Juliana responde ao Conselheiro que aceitou o cargo.  
23 Então ele pede a Secretária do Conselho que seja feita esta ressalva na ata 198, todos  
24 concordam. Na sequência, o Conselheiro Zanatta explica o pedido do Chicão da Vigilância  
25 ao Conselho, diz que ele e outros questionam a falta de equipamentos para o trabalho, disse  
26 também que é a 3ª vez que vem funcionário reclamar aqui no Conselho e que acha correto  
27 que a Secretária de Saúde venha ao Conselho em uma próxima reunião fazer a  
28 apresentação das receitas e despesas da Vigilância Sanitária. Comenta ainda que várias  
29 apresentações da Vigilância foram feitas aqui no Conselho, mais em nenhuma delas havia  
30 irregularidades. A Dra. Juliana pede ao Chicão para dizer o que acontece na Vigilância,  
31 qual é a reclamação. Chicão responde que quer saber onde está o dinheiro que a Vigilância  
32 arrecada através de taxas e outros recebimentos, insiste em dizer que não entende como  
33 pode arrecadar tanto e não ter material básico para o trabalho, como pneus para os carros  
34 por exemplo. A Dra. Juliana diz a todos que já foi feita licitação para a compra de pneus,  
35 não só para a Vigilância mais para outros departamentos também, sobre materiais de  
36 escritório e outros, ela diz que está resolvendo os problemas aos poucos, diz que voltou a  
37 trabalhar no município a mais ou menos trinta dias e não dá para resolver tudo de uma vez.  
38 Disse também que a Secretária de Saúde não tem nada a esconder, que as compras  
39 demoram um pouco porque tudo tem que ser feito através de licitação, mais assim que for  
40 possível irá fazer a apresentação aqui no Conselho das contas da Vigilância Sanitária. A  
41 Conselheira Malu, diz para a Dra. Juliana que se lembra de uma apresentação da Vigilância  
42 feita aqui pela Sra. Lisia, onde ela disse que estava mesmo faltando materiais de trabalho.  
43 A Dra. Juliana reforça dizendo que, existem algumas verbas que vem para a Vigilância, que  
44 se não forem usadas dentro do prazo eles perdem esta verba, então tudo o que vem para a  
45 Vigilância é gasto em Vigilância, sempre o mais rápido possível para não perderem o  
46 prazo. O Conselheiro Jorge Luiz, diz que acha melhor a Dra. Juliana explicar tudo isso na  
47 apresentação, porque foca mais o assunto e fica fácil entender. Os Conselheiros  
48 concordam. O Conselheiro Zanatta, comenta com a Dra. Juliana que quando se faz

49 licitação para compra de pneus, compra-se pneus para caminhão, trator, automóvel de  
50 passeio, ônibus, etc, então a parcela gasta, é para o total comprado, ou seja nem sempre vai  
51 para um único setor, isso acontece com licitação para compra de outros produtos também,  
52 em resumo, diz ele que o Conselho quer saber o que realmente arrecadou na Vigilância e o  
53 que foi comprado ou investido na Vigilância, não nos outros setores uma vez que estamos  
54 tratando única e exclusivamente do assunto da vigilância . Pede para a Dra. dar prioridade  
55 a esses detalhes quando preparar a apresentação, ela responde que vai ver se é possível  
56 mais acredita que não tem como separar exatamente o que foi comprado só para a  
57 Vigilância. Na sequência, o Presidente Antonio Martins, *segundo o 1º item da pauta,*  
58 *aprovação da ata 198,* pergunta a todos se ficou esclarecido este assunto que está na ata e  
59 se eles à aprovam, todos aprovam. Em seguida, o Presidente Antonio Martins, pede para a  
60 Dra. Juliana falar sobre o *2º item da pauta, Relatório da Secretaria de saúde.* Ela fala  
61 sobre as duas unidades de saúde que estão sendo ampliadas, uma no centro e outra no  
62 centauro, diz que as obras estão bem adiantadas. Fala também sobre a ampliação da  
63 unidade do Campinho, tudo está dentro do prazo previsto, diz que logo será inaugurada a  
64 UPA do jardim aeroporto que já está sendo pintada. A Dra. Juliana, diz aos Conselheiros  
65 que a poucos dias, chegou o dinheiro de uma emenda complementar do ano de 2010, no  
66 valor de R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais), para a compra de dois veículos para a saúde,  
67 sendo um automóvel corsa e uma kombi (ambulância), já foi feita a licitação para a  
68 compra. O veículo corsa ficará aqui na Secretaria de Saúde, assim vai tentar desocupar o  
69 carro do Conselho disponibilizando esse carro somente para uso dos conselheiros, a kombi  
70 provavelmente irá para o Distrito de Aricanduva, ou um carro menor, porque eles precisam  
71 muito de um veículo naquela unidade. A Dra. Juliana, comunica aos conselheiros, que o  
72 município fez adesão ao programa do Governo do Estado chamado APSUS, esta adesão  
73 devia ter passado pela aprovação do conselho mais devido a urgência e não tendo tempo e  
74 necessidade de se fazer uma reunião extraordinária para tratar deste assunto, ela pediu ao  
75 Presidente do conselho que assinasse “Ad referendo” e ele assinou. Ela explica que o  
76 APSUS é um programa de qualificação da atenção primária a saúde, é inovador e  
77 possibilita um atendimento a população mais humanizado, com qualidade. Diz que através  
78 do APSUS, estão acontecendo no município várias oficinas de capacitação dos  
79 profissionais da saúde e dos atendentes de saúde, também vários trabalhos em rede, diz que  
80 no dia dos cursos de capacitação são formadas duas equipe por unidade, assim uma equipe  
81 faz o curso em um horário e a outra faz em outro e a unidade atende a população  
82 normalmente naquele dia. Diz também que daqui um tempo virão os recursos do Governo  
83 do Estado para este programa. O Presidente informa aos conselheiros que na próxima  
84 oficina de capacitação todos serão convidados a participar, eles ficam animados com a  
85 notícia. A Dra. Juliana, comunica que a unidade do SAMU daqui está atendendo também o  
86 município de Sabáudia e que a VIAPAR, concessionária que administra o pedágio também  
87 não vai mais prestar socorro em acidentes na rodovia, ficando este atendimento para o  
88 SAMU do município. Ela avisa aos conselheiros que o Dr. Alexandre Depieri, não está  
89 mais na coordenação do SAMU, o responsável agora é o Dr. Rodrigo. Diz também que  
90 pediu um carro pequeno para o SAMU, para atendimentos mais rápidos e menos graves,  
91 mais a compra deste carro ainda não foi aprovada. A Conselheira Maria de Lourdes,  
92 pergunta para a Dra. Juliana como estamos de médicos nas unidades de saúde hoje e  
93 porque na unidade do jardim Baronesa está sem médico. A Dra. Juliana diz que todas as  
94 unidades tem médicos, e que quando um médico precisa viajar não tem outro para  
95 substituí-lo porque o município não tem médicos sobrando, diz ainda que não tem  
96 conhecimento deste caso citado. O Conselheiro Zanatta, pergunta para a Dra. Juliana quem

97 fica responsável de avisar a Secretaria de Saúde se o médico não for trabalhar. Ela  
98 responde que a enfermeira da unidade deve notificar tudo o que acontece à Secretaria de  
99 Saúde, porque ela é cobrada pela população do bairro e tenta resolver da melhor maneira  
100 possível. A Dra. Diz também que a Secretaria de Saúde fez licitação para a compra do  
101 ponto digital, que deverá ser implantado em breve em todas as repartições do município. O  
102 Conselheiro Evandro, diz que em Apucarana o município não conseguiu implantar porque  
103 os funcionários públicos não concordaram. A Dra. Juliana diz que não ficou sabendo desta  
104 notícia, mais sabe que dependendo do que se fala para os médicos em reunião ou quando  
105 tenta exigir deles que cumpram horário, fica fácil perder o profissional, porque eles se  
106 recusam a trabalhar para o município, tem que saber dialogar com eles. A Conselheira  
107 Alzira Maria, comenta com a Dra. Juliana que na unidade do Jardim Petrópolis está  
108 faltando Pediatra. A Dra. Juliana diz que a demanda é grande, mais tem pediatra atendendo,  
109 diz também que foi chamado mais um pediatra aprovado em concurso. O Conselheiro  
110 Evandro diz que o pediatra do Petrópolis é ótimo, muito atencioso no trabalho. O  
111 Conselheiro Zanatta, pede a palavra e faz uma breve explanação sobre os assuntos tratados  
112 hoje. Ele pede a Secretária Executiva do Conselho Vera Alice, que quando houver alguma  
113 demanda para resolver no Conselho, ela se reúna com a diretoria para resolverem e  
114 fazerem os ofícios necessários, como é o caso do assunto Vigilância Sanitária de hoje.  
115 Outra demanda importante, diz ele, deve-se pedir à Secretaria de Saúde através de ofício, o  
116 detalhamento das construções e reformas das UBS, ou de outros projetos do município na  
117 área da Saúde. Disse também que concorda que a Secretária de Saúde envie para a unidade  
118 de Aricanduva um dos veículos que serão comprados este mês. Sobre o assunto do SAMU  
119 do município passar a atender os acidentes na rodovia ao invés da concessionária VIAPAR,  
120 ele diz que isto está errado, porque o Governo do Estado na época quando autorizou o  
121 pedágio, prometeu que a concessionária daria todo o atendimento ao usuário e disseram  
122 ainda que este atendimento seria de primeira qualidade. Disse ainda, que é uma lástima o  
123 município passar por isso, acredita que o município deve pedir explicações ao Estado a  
124 respeito dessa situação e que com essa retirada do atendimento do pedágio irá aumentar o  
125 nosso atendimento do SAMU, deixando dessa forma que os que aqui necessitem não sejam  
126 atendidos. Diz também que o Conselho deve fazer um carta de repúdio ao Estado, dizendo  
127 que não está correto o SAMU deixar de atender a população para atender a rodovia. Os  
128 Conselheiros concordam que seja mandado o documento ao Estado. Sobre a falta de  
129 médicos nas UBS, Zanatta dá uma sugestão para a Dra. Juliana, diz que deve ser feito um  
130 remanejamento de médico de uma equipe completa para uma equipe que falta médico,  
131 assim faltará médico um dia ou outro, mais pelo menos três dias da semana terá médico em  
132 todas elas. A Dra. Juliana acha a ideia boa, diz que vai ver se há esta possibilidade. O  
133 Conselheiro Zanatta, diz que sabe que o município não tem condição de manter o médico 8  
134 horas por dia na UBS, porque paga pouco mais de R\$ 5.000,00(cinco mil reais) para ele,  
135 mais na realidade o salário dele hoje deveria ser de mais ou menos R\$ 20.000,00(vinte mil  
136 reais), mais como o Conselho aprovou tudo isso lá atrás, então o Conselho junto com a  
137 Secretaria de Saúde devem fazer com que os médicos cumpram no mínimo 4 horas de  
138 serviço por dia ou uma média de 15 a 20 consultas diárias. Dra. Juliana diz a ele que  
139 concorda, mais como já disse se espremer muito vai perder os médicos, então ela vai tentar  
140 fazer com que eles tenham disciplina e horário. A Conselheira Maria de Lourdes (Malu),  
141 diz que pertence a UBS da Vila São João, ela não consulta lá, mais sabe pela população  
142 que a médica falta muito ao serviço, viaja, faz cursos, mas que o fato de trazer a tona esse  
143 assunto não é para espremer o medico e sim para solicitar deles o mínimo possível, porque  
144 é impossível seguir adiante com a secretaria de saúde sem esse profissional, mas não

145 podemos ficar refém deste profissional só porque não conseguimos andar sem eles, e que a  
146 falta desse profissional ou a má vontade dele em contribuir com uma saúde digna aos  
147 nossos usuários deve ser sempre falada até para que esse conselho não seja conivente e não  
148 estou generalizando porque sei da competência desse profissional e o trabalho que eles  
149 desenvolvem nas UBS, só estou aqui comentando o que a população tem reclamado. Dra.  
150 Juliana diz que pra encerrar este assunto, ela se compromete a visitar as 29 UBS e ver qual  
151 é a realidade de cada uma, diz que não vai fazer visitas agendadas ou seguidas para tentar  
152 surpreender os médicos e funcionários. A Conselheira Malu, diz que a ideia é boa, mais  
153 acha que o município deveria ter um protocolo a ser seguido pelos funcionários do  
154 município, principalmente os da saúde, acredita que com isso o município poderá se  
155 proteger de possíveis denúncias de usuários do SUS ao Ministério Público. Os  
156 Conselheiros e a Dra. Juliana concordam com a Malu. Em seguida a Dra. Juliana fala sobre  
157 o **5º item da pauta, sobre a clínica do “SIM”**, deixando os demais para o final da reunião.  
158 A Dra. Juliana explica ao Conselho que o município fazia os exames de Raio X na Clínica  
159 do SIM, mais demoravam para ficar pronto, os pacientes reclamavam muito, também disse  
160 que o relatório de produção para receberem do Ministério da Saúde o valor gasto pelo  
161 município sempre estava errado, o município corria o risco de não receber o que gastava.  
162 Este valor chegava a R\$ 5.900,00(cinco mil e novecentos reais) por mês. Agora estão  
163 fazendo pelo convênio com o CISVIR, com isso estão gastando menos, o resultado é  
164 rápido e o relatório de produção vem certinho. Ela comenta que muita conversa correu na  
165 cidade, dizendo que ela estava sendo favorecida pessoalmente com esta troca de clínica,  
166 porque seu marido é gerente do CISVIR. Ela diz que não contratou a clínica, contratou o  
167 serviço do CISVIR, e ele contratou a clínica, não devemos misturar as coisas, diz que seu  
168 marido não é o dono do CISVIR e o valor de mais ou menos R\$ 2.800,00(dois mil e  
169 oitocentos reais) pago pelo município ao CISVIR é muito pequeno para tanta confusão. Ela  
170 diz que se o Conselho achar necessário o município pode voltar a fazer exames na Clínica  
171 do SIM, mais alerta que com certeza teremos muita reclamação pela demora. Os  
172 Conselheiros dizem que não é necessário voltar atrás se tudo está melhor agora, mas que é  
173 importante estar de fato observando o que é melhor para os usuários. O Conselheiro  
174 Zanatta diz que a CLÍNICA SIM mudou de nome se chama ULTRAMED agora, mais quer  
175 entender com quem o município está fazendo negócio afinal. Dra. Juliana responde que  
176 estão fazendo negócio com o CISVIR que contratou o serviço da Clínica Integrada, que  
177 funciona no prédio da antiga Clínica Monte Lima. A Conselheira Andressa da Santa Casa,  
178 informa a todos que eles pediram para a Clínica do SIM, atual ULTRAMED, para que  
179 tenham sempre um Médico para assinar os laudos e não só o Radiologista, porque o SUS  
180 não cobre exames sem assinatura do Médico, mais eles não resolveram nada, então a Santa  
181 Casa pediu a eles que desocupem o prédio, para que outra clínica possa se instalar lá.  
182 Assim que todos se sentem esclarecidos a Dra. Juliana passa para o **3º item da pauta,**  
183 **Resposta do ofício do promotor ao Conselho.** Ela explica aos Conselheiros, que o  
184 Ministério público do município recebeu a alguns dias uma denúncia das agentes de saúde,  
185 reclamando sobre seus salários e pedindo o 14º salário. Na denúncia elas diziam que o  
186 Governo Federal repassa para o município o valor de R\$ 871.00 (oitocentos e setenta e um  
187 reais) para cada agente, e elas estão recebendo 760.00 (setecentos e sessenta reais), então o  
188 Ministério Público enviou ofício a Secretaria de Saúde pedindo informações a respeito da  
189 denúncia. O Presidente Antonio Martins, diz a todos que o Ministério Público também  
190 mandou ofício ao Conselho, nos informando sobre esta situação para que tomássemos as  
191 medidas que achássemos necessárias, então ele achou melhor que a Dra. Juliana explicasse  
192 nesta reunião o que está acontecendo. A Dra. Juliana informa a todos que já respondeu esta

193 questão ao Ministério Público, enviou toda a documentação necessária, disse ainda que o  
194 valor que o Governo manda não é só para o salário delas, mais também para custeio. O  
195 Conselheiro Zanatta, diz que a portaria nº 459 de 15 de março de 2012, é bem clara quando  
196 diz: ***Fixa o valor do incentivo do custeio referente à implantação de Agentes***  
197 ***Comunitários de Saúde***. Ele diz ainda que pesquisou várias leis antes desta reunião, em  
198 todas referentes as agentes usa-se a palavra custeio, isso quer dizer que os R\$ 871.00  
199 citados aqui são também para outros gastos, como por exemplo contribuição sindical, inss,  
200 fgts, salário família quando houver, 13º salário. Também diz que o total repassado ao  
201 município pelo Governo, são também para aluguel do prédio da UBS quando houver,  
202 combustível dos carros, oficina, etc. A Dra. Juliana diz que, na verdade o dinheiro que vem  
203 não é suficiente para manter o programa, estão usando somente para os salários. Sobre o  
204 14º salário, ela diz que só estão pagando os município que tem Gestão Plena e este não é o  
205 nosso caso, então não é possível pagar, mais se vier algum tipo de reajuste para elas o  
206 município com certeza irá repassar. A Dra. Juliana, esclarece que todos os documentos que  
207 a promotoria pediu para a Secretaria já foram enviados, diz também que aqui na sede do  
208 Conselho tem a cópia da denuncia, enviada pelo Ministério público e poderá ser visto por  
209 todos os Conselheiros. O Presidente Antonio Martins, pergunta aos Conselheiros se eles  
210 entenderam o que está acontecendo, ou se preferem se informarem melhor sobre o assunto  
211 e tentar um aumento de salário para as agentes. Todos respondem que entenderam e não há  
212 necessidade de questionarem mais nada. Em Seguida o Presidente, passa a palavra a  
213 Enfermeira Obstetra, Siméia Muniz da Santa Casa que irá falar sobre o ***4º item da pauta,***  
214 ***Rede Mãe Paranaense***. Ela começa dizendo que desde janeiro deste, a Santa Casa está  
215 cadastrada no Programa de Apoio e Qualificação de Hospitais Públicos e Filantrópicos do  
216 SUS no Paraná (HOSPSUS). Diz que a finalidade do programa é melhorar a qualidade do  
217 atendimento, aumentar a oferta de leitos em hospitais que atendam pelo SUS e reduzir os  
218 índices de morbidade por causas externas. Comenta que para receber os recursos do  
219 programa o hospital deve atender a vários critérios, entre eles, ser referência regional. Ela  
220 explica que junto com o HOSPSUS, chegou também o programa Rede Mãe Paranaense,  
221 que vai contar com 42 maternidades no Estado, entre elas a Santa Casa. Ela comenta que o  
222 projeto começa no CISAM, com pré-natal de qualidade, acompanhado por obstetra,  
223 pediatra, enfim todo o procedimento. Depois vem para a maternidade, onde o parto deve  
224 ser humanizado com direito a acompanhante (desde 2006). Diz que os médicos e  
225 funcionários da Santa Casa estão sendo qualificados pelo Governo para dar esse  
226 atendimento diferenciado as gestantes. Siméia diz que a Santa Casa, nunca tinha recebido  
227 ajuda do Estado e que agora com a adesão ao HOSPSUS, poderão ampliar o numero de  
228 leitos para gestação de alto risco e ainda o numero de leitos de UTI neo-natal. Também  
229 farão reformas para dar estrutura e contarão com novos equipamentos que aos poucos estão  
230 chegando. Com isso, o município que antes tinha falta de maternidade, hoje concentrou  
231 todos os partos em um só lugar, e ainda irá receber gestantes de outros municípios que  
232 pertencem a 16ª Regional de Saúde. Animada, Siméia diz que o projeto é muito  
233 gratificante, diz que ele funcionou em Curitiba, por isso foi adaptado para o restante do  
234 país pela Presidente Dilma, diz ter certeza que irá funcionar aqui. Ela comenta, que as  
235 reclamações feitas na ouvidoria sobre o atendimento são investigadas e notificadas ao  
236 Estado. A Dra. Juliana diz que, existe também as auditorias do Ministério da Saúde a cada  
237 03 meses, pra ver se o Hospital está dentro da legalidade do programa ou pode perder a  
238 referência. Comenta também que com este programa a AIH (autorização de internação  
239 hospitalar) fica com a gestante e ela pode escolher onde quer ganhar seu bebê, este foi um  
240 passo importante dado pelo Governo, porque com isso o Hospital que melhor atender se

241 tornará referência na região. Na sequência, O Presidente passa para o **6º item da pauta,**  
242 **Formação das comissões.** Ele diz a todos que pelo motivo da reunião ter passado do  
243 horário, se todos concordarem deixará este assunto para a próxima reunião, mais antes  
244 gostaria somente de indicar o nome da Conselheira Alzira Paulino, que é da Comissão de  
245 Controle e Avaliação para ficar como Presidente da citada comissão até a próxima reunião,  
246 para que ela possa ir adiantando alguns assuntos. Todos concordam com o Presidente em  
247 relação a pauta e a indicação do nome da Conselheira. Sobre o **7º item da pauta, assuntos**  
248 **diversos,** o Presidente pede aprovação do Conselho para fazer uma pequena mudança na  
249 logomarca do CMS, onde antes estava escrito somente CONSELHO MUNICIPAL, ele  
250 deseja colocar as palavras CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, ele explica que deve-se  
251 fazer esta mudança porque existem outros conselhos no município, como conselho tutelar,  
252 do idoso e outros. Ele comunica a todos que esta logomarca, juntamente com o símbolo do  
253 C.M.S, a bandeira do município e o número da Lei Municipal de criação, serão colocados  
254 em todos os ofícios e documentos do conselho daqui pra frente, inclusive nas pautas das  
255 reuniões, para isso irá pedir a Secretaria de Saúde que indique a gráfica que faz serviço  
256 para o município. Todos aprovam a mudança. O Presidente agradece a presença de todos e  
257 encerra a reunião as 22 horas. Eu Maria de Lourdes Azevedo Campos, Secretária Adoc  
258 lavrei a presente ata que será transcrita no livro por Vera Alice Teixeira, Secretária  
259 Executiva deste e depois de lida será assinada por mim e demais membros deste Conselho.